

CLIPPING

Veículo: G1 **Data:** 05/06/2013 **Pág:** Online

Amazônia Legal tem menor índice de desmatamento já medido

Governo divulgou número corrigido nesta 4ª, Dia Mundial do Meio Ambiente. Bioma perdeu área de 4.571 km² entre 2011 e 2012.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, divulgou nesta quarta-feira (5) que o desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2011 e julho de 2012 foi de 4.571 km², menor índice desde que foram iniciadas as medições, em 1988. A área equivale a três vezes o tamanho do município de São Paulo.

O número, proveniente do sistema Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), é consolidado e foi corrigido em cerca de 2% para baixo em relação ao índice divulgado em novembro do ano passado, quando o governo anunciou um desmatamento de 4.656 km² no bioma.

O anúncio foi feito durante a reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), que acontece em Brasília, e que conta com a participação da presidente Dilma Rousseff.

A Amazônia Legal é a área que engloba os estados que possuem vegetação amazônica - todos os da Região Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão.

O Prodes é operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e registra informações coletadas ao longo de um ano por satélites que detectam desmatamentos a partir de 6,25 hectares.

Segundo o Inpe, os números divulgados pelo Prodes são mais importantes porque são mais precisos do que os do sistema de detecção do desmatamento em tempo real (Deter), que divulga informações mensalmente.

Metas de redução de emissões

De acordo com Izabella, o Brasil já atingiu 76% da sua meta voluntária de redução do desmatamento, que é de chegar a uma área desmatada de 3.925 km² em 2020.

Além disso, segundo ela, o país alcançou cerca de 62% da meta total de redução das emissões de gases de efeito estufa.

O compromisso voluntário brasileiro foi apresentado em 2009, na Conferência do Clima das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Copenhague.

A ministra afirmou ainda que a redução do desmatamento reflete um “esforço ambiental e social de toda a sociedade brasileira”. “Não podemos ter no Brasil o que

aconteceu com outros países no passado, que foram eficientes e depois, quando foram colocados em fóruns com outros países, foram punidos com metas adicionais”.

Dilma disse que a meta para 2020 é “extremamente passível” de ser cumprida. No entanto, ela ponderou que para o país continuar a fazer hidrelétricas a fio d’água e manter sua fonte de energia renovável, as usinas termelétricas continuarão a ser necessárias.

“Haverá uma tendência inexorável de aumento das térmicas na nossa matriz decorrente de hidrelétricas a fio d’água, de energia eólica. São energias que, quando não têm mecanismos de reservar, que mudam em relação ao clima, são necessariamente voláteis e necessitam portanto ser firmadas por térmicas”, explicou Dilma.

Questionada se o país tem condições de construir mais usinas com grandes reservatórios, Dilma disse que essa é “uma discussão que o país tem que travar”. “Na hidroeletricidade, quando não há reservatório, o que faz o papel de reservatório? Uma térmica. E uma térmica é muito mais poluente do que uma hidrelétrica com reservatório”, afirmou.

A presidente disse que o Brasil é considerado uma “referência mundial” em preservação ao meio ambiente porque é capaz de “crescer, preservar e incluir”.

“Além de preservar o meio ambiente, nós enfrentamos algumas questões que sempre foram colocadas como excludentes. Em muitos lugares, crescer é colocado como algo contrário ao sustentável e ao ambientalmente correto”, declarou a presidente.